

ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA

POPULAR: A UNIVERSIDADE EM PERSPECTIVA

MATEUS HENRIQUE WEBER¹, ROBERTA CAMINEIRO BAGGIO²

¹ Mateus Henrique Weber, graduando em Ciências Jurídicas e Sociais, UFRGS.
² Dr^a Roberta Camineiro Baggio, orientadora.



UFRGS
PROPEAQ

XXV SIC
Salão Iniciação Científica

CH - Ciências Humanas

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa consiste em um estudo a partir das experiências da Assessoria Jurídica Universitária Popular, atividade de extensão das faculdades de Direito de muitas universidades brasileiras, e que tem suas atividades desenvolvidas junto aos movimentos sociais populares, comunidade urbanas e camponesas, indígenas e quilombolas, penitenciárias, crianças e adolescentes, etc. em torno de demandas por justiça social e emancipação popular, a partir da metodologia de educação popular em direitos humanos e acesso à justiça. Para além de um serviço técnico e especializado, a Assessoria Jurídica Universitária Popular se coloca como *práxis*, numa relação dinâmica entre teoria e prática, imersas na realidade social. Sua atuação transcende o modelo tradicional de extensão universitária, uma vez que a partir do diálogo que se estabelece entre diferentes saberes, o saber científico e o saber popular, emerge um novo tipo de conhecimento, possibilitando inclusive, novas concepções do Direito e do fenômeno jurídico. A Assessoria Jurídica Universitária Popular, embora apresentada como prática extensionista, atua de maneira que vincula a extensão ao ensino e à pesquisa, numa superação dos paradigmas tradicionais do tripé universitário. Diante dessa potencialidade da Assessoria para uma recompreensão do papel da Universidade e da sua reconstrução sobre novas bases, inclusive epistemológica, essa pesquisa busca compreender esse movimento de retorno da Assessoria Jurídica Universitária Popular ao seu lugar de origem: a Universidade.

METODOLOGIA

Para atingir seus objetivos, a pesquisa consiste na busca bibliográfica de artigos e obras sobre a prática da Assessoria Jurídica Popular e da Educação Popular, e autores que contextualizam e problematizam a instituição da Universidade e de seu conhecimento. Os debates são realizados no Grupo de Estudos sobre demandas por justiça social na América Latina, que vem pesquisando a atuação das Assessorias Jurídicas Universitárias Populares no Brasil, grupo esse integrante da linha de pesquisa em Constitucionalismo na América Latina. Ainda, para contribuir com a pesquisa, estão as experiências do Grupo de Assessoria Justiça Popular (GAJUP), grupo que compõem o Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU), da UFRGS.

REFERÊNCIAS

ALFONSÍN, Jacques Távora. **Assessoria Jurídica Popular**. Breve apontamento sobre sua necessidade, limites e perspectivas. *Revista do SAJU*: para uma visão crítica e interdisciplinar do direito. Porto Alegre, v. 1, dez. 1998.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Conversidade**: extensão universitária e movimentos sociais. Em: FIOREZE, Cristina; MARCON, Telmo (orgs.). *O popular e a educação*: movimentos sociais, políticas públicas e desenvolvimento. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

RIBAS, Luiz Otávio. **Assessoria Jurídica Popular Universitária**: uma metodologia para a educação em direitos humanos. Em: *Anais do II Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza*. Rio de Janeiro : Rede Sirius/UERJ, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

a assessoria popular



MODALIDADE DE BOLSA Jovens Talentos para a Ciência (CAPES)